

# Reflexão sobre a Lisboa de Pombal

*José - Augusto França*

A RECONSTRUÇÃO DA BAIXA POMBALINA ESTÁ profusamente estudada em trabalhos universitários feitos em Paris, em Inglaterra, em Lovaina<sup>1</sup> e em comunicações apresentadas em congressos e colóquios internacionais desde os anos setenta, e em cursos e conferências realizadas em universidades e outras escolas, em Portugal e no estrangeiro, conforme programas curriculares ou convites endereçados a professores nacionais e recebidos também em Academias europeias. Das teses universitárias, duas estão publicadas em França, em Itália e em Portugal e outra aguarda edição em Lisboa. Além disso, numerosos artigos de responsabilidade científica, em revistas apropriadas ou de divulgação, em imprensa generalista, têm sido dados à estampa – tudo esse movimento de interesse manifestado nos últimos trinta anos e mais insistentemente, em anos recentes. Nestes casos tem havido intenções de informação mas também de polémica referida às condições actuais do bairro em questão, sua conservação e restauro, suas possibilidades de reutilização e necessidade de obter para ele a protecção de Património Universal da Unesco, por classificação que tem sido sugerida e cuja diligência foi prometida pela edilidade lisbonense precedente, em Janeiro de 2002. Classificação nacional tem-na ele adquirida depois dos primeiros trabalhos de definição e delimitação levados a efeito em 1967, com resultados sempre incertos, relativos às capacidades políticas das instituições responsáveis, senão ao seu entendimento dos problemas postos.

Quer isto dizer que a problemática histórico-urbanística e sociológica, nas suas vertentes culturais e económicas, da Baixa Pombalina é (ou devia ser) amplamente conhecida. Não é, porém, negligenciável a contribuição que, através da sua revista, o Instituto Camões possa (e deva) trazer, senão num suplemento de informação (que só em pormenorização técnica de várias zonas culturais, vale sempre a pena fornecer), numa



Planta da Baixa Pombalina com a malha de reconstrução (plano de Eugénio dos Santos de 1758) sobreposta à malha anterior ao Terramoto de 1755. João Pedro Ribeiro. Planta n.º 2 do *Album de Vieira da Silva*. Fotografia de Paulo Andrade

perspectivação internacional que permita situar (a também isso mais uma vez) o fenómeno caracterizadamente português, no espaço histórico euro-americano entre a cidade de S. Petersburgo inventada pelo czar Pedro o Grande no princípio de setecentos<sup>2</sup> e a cidade de Washington inventada por Jefferson na nova república americana, nos finais do mesmo século, nos dois extremos do mundo «ocidental» ou ocidentalizável, através da política ideológica do Iluminismo.

### Lisboa, Washington e S. Petersburgo

Situa-se Portugal entre um e outro ponto do globo, extremo da Europa ante o mar Atlântico do outro lado do qual se realizou a sua capital moderna, e em equilíbrio geográfico com a capital da Rússia que moderna pretendia ser, em relação à Europa germano-francesa de então. A sua história nada tem que ver com qualquer desses

pontos, vinda do Barroco de D. João V, num discurso pré-histórico, para os Estados Unidos acabados de fazer, e alheio à mentalidade ainda oriental do império russo. Um cataclismo, porém, equiparou as situações, arrasando o que havia de medieval prolongado no tecido da capital entretanto de D. José I, em alguma graça dita manuelina e em afirmações de um maneirismo ítalo-espanhol de seiscentos. A margem norte do estuário do Tejo ficou em ruínas, como os dois sítios desertos do Neva ou do Potomac, esperando mão e espírito do homem.

E uma coisa e outra vieram aos três sítios num quadro cronológico que importa relativizar historicamente. Por importação na Rússia e na América, por vontade nacional em Portugal.

Essa vontade chamou-se Pombal mas não só, que tanta mão-de-obra empenhada na reconstrução era com certeza interessada, e em situação de força incomparavelmente inferior àquela



Ruínas de Lisboa: gravura de J. Ph. Le Bas.  
Biblioteca Nacional de Lisboa

que, na geração anterior, Mafra impusera. Porque agora o interesse ou a vantagem era colectivo, mesmo que desigualdades de bens ou de investimento se verificassem no quadro de uma economia por isso mesmo redefinida em novo processo de rentabilidade. Um observador estrangeiro não deixou de estranhar ouvir dizer

aqui, que Lisboa ia ser mais bonita do que cessara de ser, num optimismo que as ruínas não pareciam proporcionar. Era isso que se desejava, para além das naturais reacções dos habitantes mortificados por suas perdas e penas, na lembrança do que tinham havido no seu quotidiano de gerações. Outra Lisboa ia ser, traçada sobre as mesas da Casa do Risco a partir de um plano que antes nunca pudera haver. E tal e qual Pedro o Grande quisera e Jefferson ia querer.

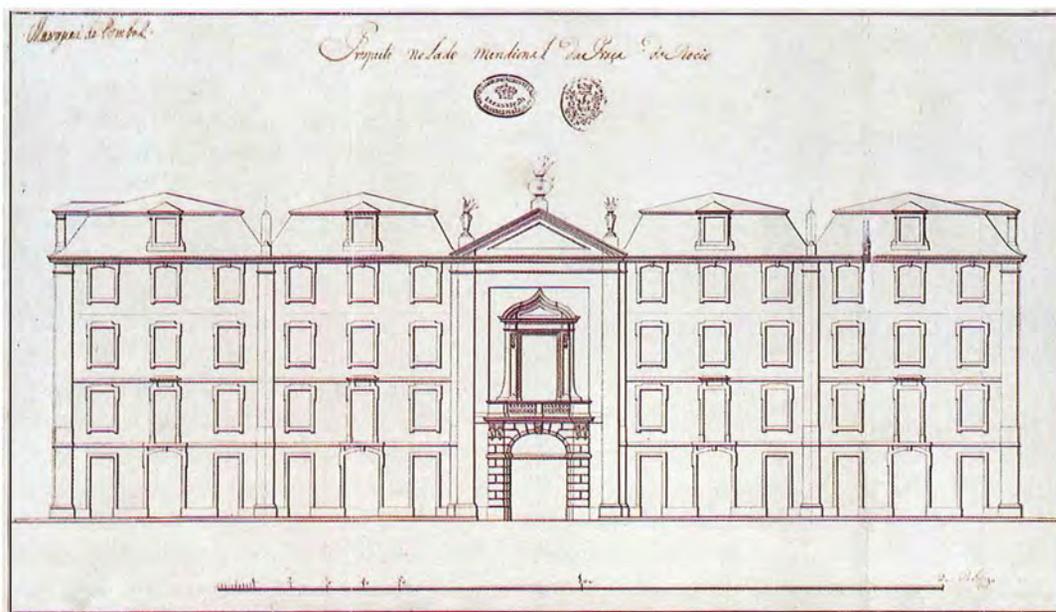
Pensar nestes dois condutores dos países respectivos não deixará de levar a situar o condutor português entre eles, e numa relação que tem também que ver com a geografia, tendo tudo a ver com a história que aos três diversamente cabe. O desejo de Pombal fazer a sua capital é sem dúvida semelhante aos desejados dos dois outros responsáveis, mas, sem dúvida também, acrescidamente. O pensamento do Russo e do Americano é claro: um novo sítio para um novo país que pretendia definir-se no mundo, ou um novo sítio para um país que só podia assumir posição no mesmo mundo para além ou para fora dos seus costumes. Era, num caso como no outro, questão de passado por demais existente ou que, simplesmente, ainda não havia. Também aqui poderá ser entendida a postura de Pombal, em função do seu nacional passado barroco, e ainda medieval, numa sociedade que de uma situação para outra situação passara, mal passando em termos de economia e mal esboçando evolução dos termos de uma cultura necessária aos novos desafios intelectuais (e industriais) da história.

Sentia Pombal esse abalo do mundo, pelas qualidades que D. Luís da Cunha nele tinha estimado, recomendando-o por cima das cabeças de uma corte que ele conhecia da melhor maneira possível, que era à distância de «estrangeirado». E não que o fosse o seu recomendado, qualidade que logo (bem o percebia D. Luís) viraria defeito, *in loco*.

Pedro o Grande viajara pela Europa (e Luís XIV não quisera recebê-lo), vendo coisas que lhe importavam, Jefferson foi embaixador em Paris, até à Revolução, quase cem anos depois das viagens desse czar Gulliver, Pombal fora embaixador em Londres e em Viena donde trouxera esposa e, os três, pode dizer-se que entenderam do que os respectivos países precisavam, ante o que tinham visto, em tempos diferentes mas sucessivos da Europa política que se ia gerando em *Lumières* que à morte de Pedro, em 1725, já tinham adquirido definição dinâmica.

Os paralelos, na história, são necessariamente discutíveis, mas as simetrias que acarretam ganham nisso validade para a compreensão das grandes linhas com que ela, a história, necessariamente também se cose, em períodos longos, médios e curtos, de massa e de indivíduos que, em curtas distâncias, assumem poder e responsabilidade de representação. Vejamos, pois, Pombal entre Pedro o Grande e Jefferson, em sua cronologia e em sua acção possível senão

obrigatória. E algo, também, em termos de uma psicologia de comando que à brutalidade do autocrata russo e à finura do democrata americano entrepunha um estado de força tenaz e de «génio paciente e especulativo» que, no dizer de D. Luís da Cunha, «se acordava com o da Nação». Queria isso dizer que Pombal sabia esperar e encontrar o momento certo de acção ponderada mesmo que, por «difuso», se perdesse às vezes nas suas estratégias. Toda a análise da política pombalina verifica estes dizeres, para o bem e para o mal que, em prepotências, crueldades e concussões, caracteriza o (ou todo o) comportamento ditatorial. Para o bem, porém, e sem que contas correntes sejam moralmente possíveis, as qualidades de Pombal deram resultados notáveis. Reformas de estudos (mesmo que o Colégio dos Nobres falhasse os seus propósitos porque nem os rebentos das velhas famílias nem os das novas queriam, na realidade estudar), estruturas económicas (com o prejuízo fisiocrático que não soube compensar, mas com um



*Prospecto no lado meridional da Praça do Rossio. Assinado Marquês de Pombal, in Cartulário Pombalino, Arquivo Municipal de Lisboa*

Retrato do 1.º Marquês de Pombal, de Louis Michel Van Loo, 1766. Fotografia cedida pela Câmara Municipal de Oeiras

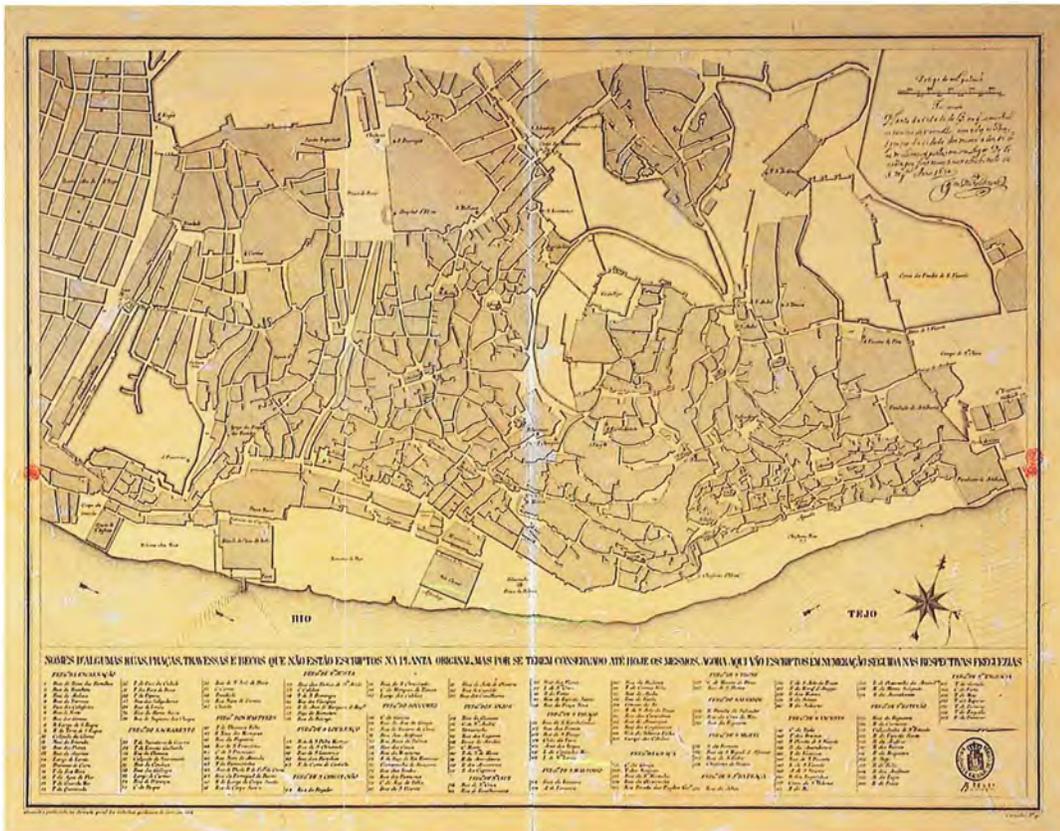


fomento industrial novo e patente), legislações diversas que aqui não cabe analisar, ensinos de artes (com deficiências da música que fora joanina), organização militar (com indispensável mão-de-obra estrangeira), progressão social por reinvenção de uma burguesia que daria sentido ao futuro capitalismo de oitocentos (mesmo com decadência da nobreza, e não só por perseguição de uma dúzia de maiores casas), diminuição do poder da Igreja com especial (e internacional) rotura da linha jesuíta foram outros tantos sectores da propulsão pombalina que os historiadores respectivos continuam a discutir. Acima deles todos, está, porém, a reconstrução da capital. E mais uma vez (ou sobretudo para o que pode interessar-nos aqui) a comparação com o czar Pedro e o presidente Jefferson é justificável.

### A construção da Lisboa das Luzes

E mais ainda se compararmos agora o discurso estético das três cidades criadas na Rússia e na América e recriada em Portugal, classificada como levando ou tendendo a levar à formulação de um urbanismo *des lumières* nos três casos expressos. A partida de zero nas margens do Neva ou do Potomac era naturalmente contrariada por uma situação diferente, de pré-existência urbana, e o zero necessário foi imposto ou produzido pelo arrasamento do que ficara à vista, memória de uma cidade que atravessara os séculos, fora moura e cristã, tivera a sua evolução mais detectável a partir dos finais do século XIV, com as novas muralhas fernandinas, e do início do século XVI com a passagem da corte da alcáçova medieval para a beira do Tejo de todos os comércios, com o natural progresso habitacional para a

Reprodução fac-similada da planta da cidade de Lisboa, delineada por João Nunes Tinoco, 1650. Biblioteca Nacional de Lisboa



foz do rio e a invenção de um bairro novo, no extremo limite das alturas da muralha havia muito extravasada, o Bairro Alto de São Roque. Foi a parte central dessa cidade que o terramoto de 1755 destruiu, deixando de pé muito da outra parte, por razões sísmicas e por haver menor propagação do incêndio que devastou a Baixa superpovoada. O que ficou, ficou, com remendos necessários, na Alfama e no Bairro Alto, ou para Belém, o resto refez-se conforme uma decisão que a política houve de ser, sobre ideias apresentadas pelos técnicos da engenharia e da arquitectura que se empenhavam numa tarefa inteiramente nova, em termos materiais e morais.

A engenharia envolvida era, como na altura não podia deixar de ser, militar, e a arquitectura

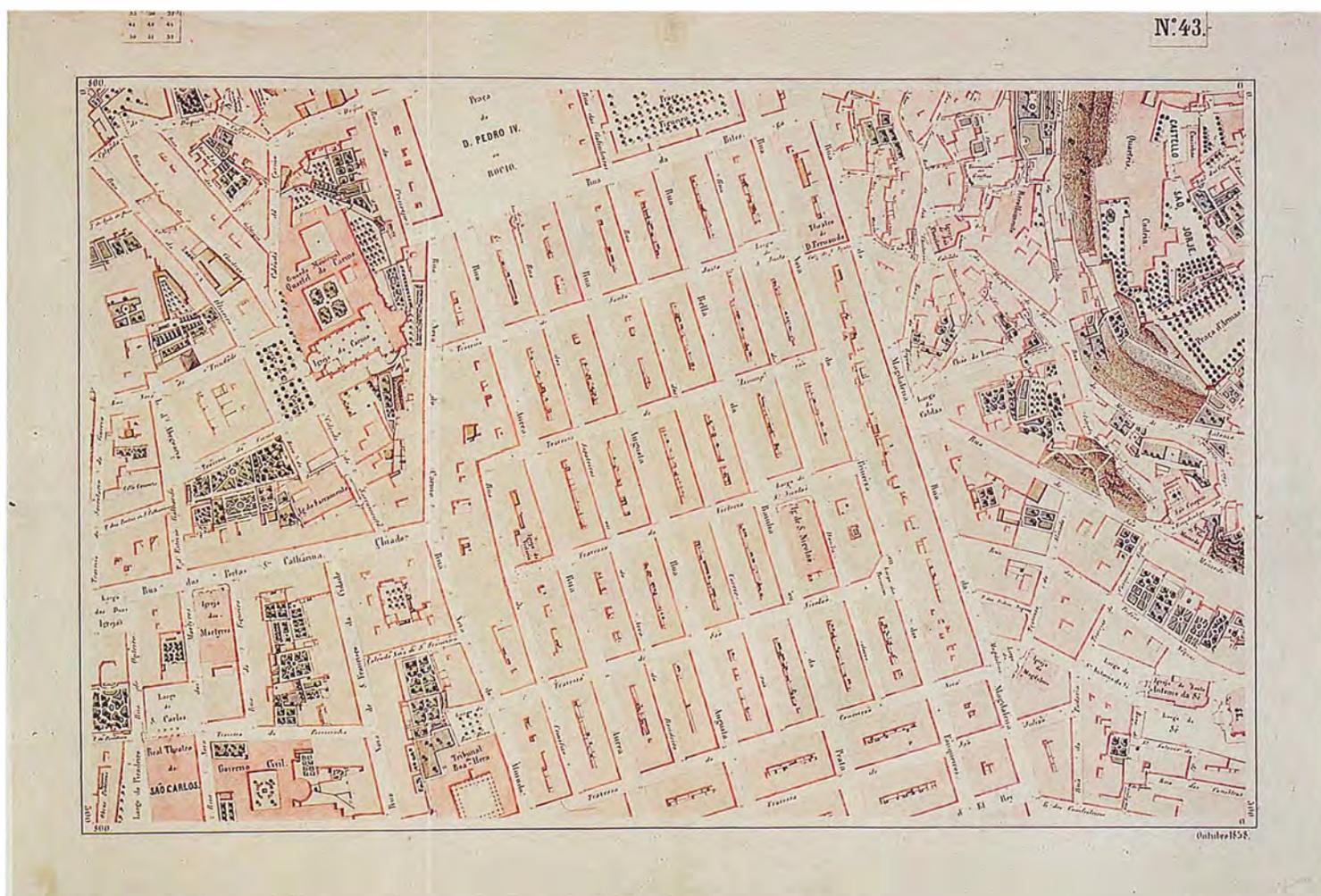
era uma «prática» acrescentada aos oficiais da especialidade, desde o engenheiro-mor do reino com patente de mestre de campo-general, Manuel da Maia, ao capitão Eugénio dos Santos e ao tenente-coronel Carlos Mardel, com intervenção logo seguinte, além das três equipas inicialmente constituídas que deviam apresentar primeiros projectos de reconstrução, seis ao todo, depois de ter sido decidido, por Pombal, reconstruir a cidade no seu sítio histórico, inteiramente redefinido, e não a refazendo, igual ou melhorada, ou a refundando para ocidente, no caminho de Belém, em zona mais resistente a terramotos, hipóteses consideradas por Manuel da Maia em suas propostas entregues logo desde o dia 3 de Dezembro, a um mês da catástrofe. A decisão de

Pombal, atribuída por princípio ao rei D. José, através da cadeia hierárquica estabelecida, para a reconstrução da cidade, consoante um novo plano, foi tomada após 16 de Fevereiro, e, dois meses depois, os seis planos estavam prontos – e em 12 de Junho um deles escolhido, assinado por Eugénio dos Santos que, falecido, em Agosto de 1760, deixou a direcção dos trabalhos a Carlos Mardel, que trabalharia ainda três anos enquanto o velho Manuel de Maia viveria mais cinco, até falecer, nonagenário, em 1768. A coerência da

equipa manteve-se assim, no quadro da Casa do Risco inicialmente criada, e foi isso que permitiu levar avante o programa estabelecido.

Este dizia respeito fundamentalmente à planta da cidade que ia ser erigida e à tipologia dos edifícios que lhe dariam a imagem pretendida, de rua para rua, conforme a importância delas, e esta segundo a respectiva largura na malha definida entre as duas praças que, do Tejo para o interior, assumiam o papel tradicionalmente desempenhado pelo Terreiro do Paço Real desde o início

Baixa de Lisboa. *Atlas da Carta Topográfica de Lisboa*, dir. por Filipe Folque, 1858. Câmara Municipal de Lisboa







Medalhão com efigie do Marquês de Pombal, da autoria de Machado de Castro, para a estátua de D. José, 1775. Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Lisboa

do século XVI e pelo Rossio medieval, produto de meados de quatrocentos, com os Estaus a fechar um espaço de utilização popular e comercial, defronte também do convento dominicano de meados de duzentos e do vizinho Hospital de Todos-os-Santos, de duzentos e cinquenta anos depois. Mantiveram-se necessariamente as duas praças, com as funções respectivas que convinhavam à vida social da urbe e só entre elas, na Baixa que, desde o século XIII vinha sendo arruada e recebera a protecção da muralha fernandina ao fim do terceiro quartel de trezentos, se processou a radical transformação. Consistiu, esta, nas seis plantas postas à apreciação de Pombal, numa malha racionalizada de ruas, corrigindo a malha preexistente em três projectos ou anulando-a nos outros dois traçados a favor de um jogo quadrangular que fazia cortar as ruas verticais, desde o rio, e horizontais, em ângulos rectos. Este o princípio desejado nos trabalhos da Casa do Risco, e entre as três plantas numeradas de quatro a seis, elegeu-se finalmente aquela que demonstrava maior imaginação – gráfica decerto – mas plástica também, na medida em que anunciava, mais do que uma relação de superfícies imediatamente visível, uma relação de volumes que importava imaginar. Não se enganou Eugénio dos Santos, autor do referido plano, número cinco da série (o que denota um progresso na resolução dos problemas que o princípio assumido levantava), como não se enganou Manuel da Maia ao recolher os seis desenhos, entendendo qual era o melhor e porquê. E certamente foi ele quem defen-

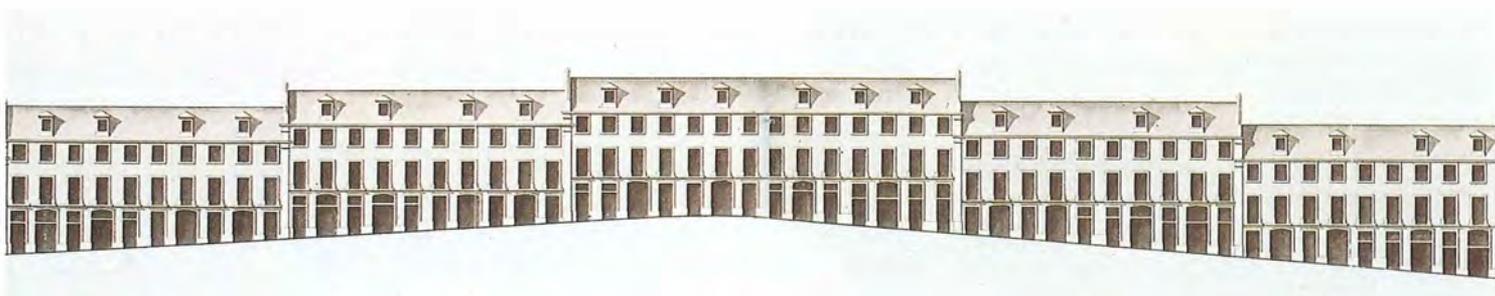
deu a classificação junto de Pombal, com a opinião necessariamente concordante do duque de Lafões, intermediário jurídico, e do marquês de Alegrete, idoso presidente do Senado Municipal. Não transparece isso na sua «dissertação», como opinião patente, mas, se bem a lermos, podemos entender-lhe a opinião crítica, no aditamento que lhe faz para apresentar os projectos números cinco e seis, certamente chegados mais tarde (porque o «aditamento» ao documento em questão tem data de dezanove dias depois) e como se deles tivesse estado à espera. E é um destes projectos, o numerado de cinco, que foi escolhido – ou que Manuel da Maia recomendou. E em função dele, Lisboa se reconstruiu.

### As fachadas: uma tipologia hierarquizada

Outros projectos o engenheiro-mor do reino ainda apresentou a Pombal, relativos, não à planta do sítio com seus arruamentos novos, mas aos edifícios a elevar; e são fachadas hierarquizadas conforme a importância das ruas, como vimos. Fachadas monótonas, muitas vezes se disse, mesmo que variadas em elementos de cantarias e vãos, dentro de limites tipológicos já classificados e que se reconhecem à vista, de rua em rua. A dignidade modesta desses desenhos, devidos a Eugénio dos Santos, é, sem dúvida, um elemento de valorização, contando com o seu necessário condicionamento económico e técnico, pois, importava construir barato e depressa, até uma standardização que já foi também minuciosamente analisada,

< Eugénio dos Santos, Carlos Mardel e Manuel da Maia. Biblioteca Nacional de Lisboa

Modelo de fachada pombalina. In *Cartulário Pombalino*, Arquivo Municipal de Lisboa



entre as cantarias, o esqueleto do madeirame (e a inovação da chamada «gaiola» que havia de provar-se útil em abalos sísmicos, pela sua flexibilidade, numa receita original que as circunstâncias facilitaram ao engenho dos construtores), o trabalho de forja e de azulejo de revestimento interior, a mão-de-obra e o próprio carregamento dos elementos de construção fabricados em pontos fixos para servirem onde fossem, em devida altura, necessários.

Mas essa monotonia tipificada é compensada com a volumetria dos quarteirões que, esses, monótonos não são, antes pelo contrário: a planta da nova Lisboa é astuciosamente dinâmica, na proporção dos blocos que a compõem, uns maiores outros menores, uns verticais outros horizontais em relação ao terreno considerado, e gerando entre eles um desenho que tem referências de secção de ouro, conforme as boas regras da composição clássica, de modo a criar a harmonia dinâmica do conjunto. Sem dúvida Eugénio dos Santos o soube no seu desenhar e certamente Manuel da Maia o compreendeu na sua (provável) recomendação – que por ele esperara. E que Pombal entendeu, ou intuiu, ou foi capaz de sentir, como se sentem as obras de qualidade... Repare-se ainda que, se Manuel da Maia esperou também pelo projecto número seis (do capitão E.S. Poppe), que certamente pedira, confiando, ao fim, no talento dos dois oficiais mais graduados na sua equipa da Casa do Risco, não foi esse que seleccionou ou fez ou procurou fazer seleccionar; na verdade, ele teria que o considerar monótono, como é, na quadrangulação repetida dos quarteirões, sem que o tratamento mediano de uma pequena praça para a Igreja de S. Nicolau (tradicionalmente destacada no tecido antigo da cidade) tivesse razão suficiente de dinamização do conjunto proposto.

Resta considerar as duas praças desta cidade, seu princípio e seu fim, nobre e simbólico o primeiro, local do poder instituído em reformas de modernidade «iluminada», e não já do poder

real anterior e barroco, relegando para um paço que não chegou a ter sítio nem definição arquitectónica; utilitário o segundo, em casas também de habitação, como todas as ruas, já sem convento, e com um tribunal de Inquisição laicizada que completava a tomada global do poder que Pombal modelava e impunha na sua política – até por pôr à sua frente um dos seus irmãos, colocando o filho herdeiro à cabeça da própria Câmara da cidade. Pudesse ele também tomar conta de um jovem rei, por cima da geração materna da Princesa real em que não tinha confiança!... Não foi assim, e pode pensar-se que nesse revês se determinou a queda futura do «terrível marquês». Durou, porém, o seu consulado até vinte e dois anos depois do terramoto – que ele próprio fora na vida do país. E durante eles, se não pode reconstruir esse país, ao menos reconstruir a sua capital. Ao menos, ou ao mais?

### A permanência da cidade pombalina

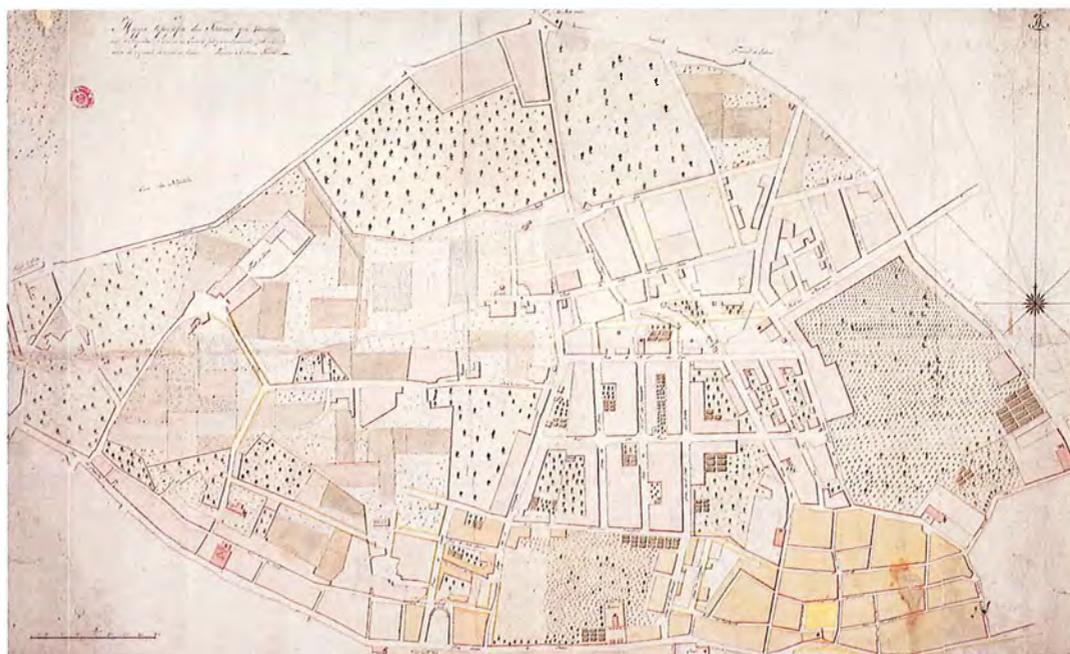
Lisboa, palco de uma peça representada em cenas de variado sucesso e aplauso, para os historiadores futuros da sociedade que assim se modelou, até (dir-se-ia) a pateada final e trágica velhice do ditador ficou, porém, para além das sucessivas conjunturas políticas como uma estrutura simbólica de longa duração cuja problemática chegou até hoje – para a vivência possível dos nossos contemporâneos na utilização que puderem dar-lhe.

Bem entendeu Manuel da Maia que «fazer» esta cidade não era o mesmo que acrescentar um novo bairro a Turim (de que na altura se falava) e a referência frustrante que fez à Londres incendiada em 1666, no plano seguinte de Wren, não podia servir-lhe, diferente que foi, e abandonado. De São Petersburgo não podia ele saber, nem ter notícias de cidades do Norte, como Copenhague, Oslo, que vieram a influenciar Amsterdão, como exemplo mais considerável mas em proporções de muito menor significado, como aconteceu em Viena de



Eugénio dos Santos, fotografia da pintura a óleo sobre tela (Exposição Reconstrução de Lisboa, no Palácio das Galveias, 1955). Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Lisboa

Mapa Topográfico da zona entre a Pampulha e a Calçada da Estrela, incluindo a localização do Palácio do Marquês de Pombal. Francisco António Ferreira Cangalhas. Segunda metade do século XVIII. Biblioteca Nacional de Lisboa



Áustria, com renovação de alguns bairros, ou em Catânia, destruída também por um terramoto e reconstruída sessenta anos antes de Lisboa. Urbanizações em Berlim, Bordéus ou Nancy, com o valor simbólico que tiveram, não têm obviamente o significado da reconstrução pombalina, como o não tem o Paris sintetizado em 1769 pelos planos de P. Patte. E coincidência foi, que Luís XV tivesse aprovado o plano definitivo da sua praça (que seria da Concórdia) a dias de distância da aprovação dos planos da reconstrução de Lisboa – ao processo de luxo simbólico da capital de França correspondendo, em outro sistema cultural e simbólico, os trabalhos fundamentais da capital de Portugal, em novo ciclo de existência urbana para a história sociopolítica do país.

Sebastião José de Carvalho foi, no momento próprio, a pessoa própria, com capacidade para assumir uma tarefa ingente, única de tal amplitude, na história e na vida nacionais. E foi a única pessoa para o fazer, na sua ambição de poder e

gula de bens, sem dúvida – mas outros as tinham à volta dele sem que lhe tivessem as qualidades.

As que um homem como D. Luís da Cunha nele entendeu, provaram-se na sua criação das condições para a formação de um Portugal moderno à escala nacional e, antes de mais e melhor que mais, na criação da primeira cidade moderna do Ocidente.

<sup>1</sup> José-Augusto França, *Une Ville des Lumières: la Lisbonne de Pombal*, Paris, Bibliothèque Générale de l'École Pratique des Hautes Études, SEVPEN, 1965, 2<sup>me</sup> édition revue et augmentée, Paris, École des Hautes Études en Sciences Sociales – Fondation Calouste Gulbenkian, 1988; idem, *A Reconstrução de Lisboa e a Arquitectura Pombalina*, Lisboa, Biblioteca Breve, Instituto de Cultura Portuguesa, 1978; Jorge Mascarenhas, *A Study of the Design and Construction of the Buildings in the Pombaline Quarter of Lisbon*, University of Glamorgan, 1995; Maria Helena Ribeiro dos Santos, *A Baixa Pombalina, Passado e Futuro*, Lisboa, Livros Horizonte, 2000.

<sup>2</sup> A Rússia comemorou em 16 de Maio de 2003 o 3.º centenário da fundação de S. Petersburgo (e já em 1953 a colónia russa emigrada de Paris comemorara os 250 anos dessa data histórica). Portugal deverá comemorar, em 12 de Junho de 2008, os 250 anos do diploma fundador da Lisboa do Marquês de Pombal.